



2026

OFICINAS DE
**PESQUISA
E JURISPRUDÊNCIA**

1º SEMESTRE



Escola de
Formação
Pública



Sumário

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência.....	5
Informações gerais.....	5
Apresentação do curso.....	5
Formas de avaliação.....	6
Materiais de leitura.....	6
Informações administrativas.....	6
Coordenação acadêmica.....	7
Cronograma de aulas.....	8
Leituras e materiais didáticos.....	10
Oficina de jurisprudência Boas-vindas - encontro de abertura.....	10
Oficina de pesquisa Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais.....	10
Oficina de jurisprudência Controle de Constitucionalidade: Até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição.....	10
Oficina de pesquisa Como ler acórdãos do STF?.....	11
Oficina de jurisprudência Cotas raciais nas Universidades e no serviço público: as comissões de heteroidentificação.....	12
Oficina de Pesquisa Como pesquisar no STF? Como fazer análise de jurisprudência? 13	
Oficina de jurisprudência Concessão de medicamentos pelo Poder Judiciário: Temas 6, 793 e 1234 do STF.....	13
Oficina de Pesquisa Como elaborar um projeto de pesquisa?.....	13
Oficina de jurisprudência Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo.....	14
Oficina de pesquisa: Bastidores da Pesquisa: do projeto ao texto final, uma experiência concreta de orientação em 2025.....	14
Oficina de jurisprudência Tribunal de Contas: atuação em políticas públicas e consensualidade.....	14
Oficina de pesquisa: Como pesquisar no TCU?.....	15
Oficina de jurisprudência PPP do novo centro administrativo do Estado de São Paulo.	15
Oficina de Pesquisa Pesquisa legislativa, acesso à informação e dados públicos.....	15

Oficina de jurisprudência Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google	15
Oficina de Pesquisa O uso da linguagem simples.....	16
Oficina de jurisprudência O Inquérito das Fake News.....	16
Oficina de Pesquisa: Como utilizar os métodos de entrevistas e questionários?.....	16
Oficina de jurisprudência Moderação de conteúdo em plataformas digitais: como o STF interpreta a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet?.....	16
Oficina de Pesquisa O uso de IA em pesquisas acadêmicas.....	17
Oficina de jurisprudência Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro.....	17
Oficina de Pesquisa Análise de impacto regulatório.....	18
Oficina de jurisprudência Funk: arte, violência e contradições.....	18
Oficina de Pesquisa Interdisciplinaridade e direito comparado.....	18

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

1º semestre de 2026

Informações gerais

Apresentação do curso

A Escola de Formação Pública tem como objetivo oferecer aos alunos de graduação em Direito, de diferentes instituições e estágios de formação, uma experiência anual, introdutória e transversal, voltada ao desenvolvimento de competências de leitura jurídica, interpretação institucional e reflexão crítica.

A proposta pedagógica articula dois movimentos complementares.

No primeiro, constrói-se uma base comum por meio da leitura e da análise de acórdãos, com especial atenção às decisões do Supremo Tribunal Federal, abordadas como textos argumentativos situados em contextos jurídico, institucional e político. Nesse percurso, os estudantes entram em contato com os caminhos de acesso ao STF, conceitos básicos de controle de constitucionalidade, procedimento, estrutura e precedentes, bem como com as distintas formas de resposta institucional da Corte, analisando criticamente a consistência dos argumentos, o processo decisório e a influência de fatores externos às decisões.

No segundo movimento, o curso assume caráter exploratório, promovendo um vôo panorâmico por áreas e problemas centrais do Direito contemporâneo, com mergulhos pontuais em temas selecionados a partir de casos, decisões judiciais e textos de referência. Essa etapa visa ampliar o repertório dos estudantes e estimular a formulação de perguntas de pesquisa e de temas para monografias.

O curso não pretende esgotar conteúdos dogmáticos, mas oferecer instrumentos de leitura, interpretação e problematização, contribuindo para a autonomia intelectual e a formação crítica das/dos estudantes.

Ao final do semestre, as/os estudantes deverão ser capazes de:

- compreender conceitos fundamentais do controle de constitucionalidade, do diálogo institucional e do processo decisório do STF;
- analisar criticamente decisões judiciais, avaliando a consistência e a coerência dos argumentos;
- relacionar a atuação do STF e dos órgãos de controle ao desenvolvimento do direito público brasileiro;
- planejar, desenvolver e apresentar um projeto de pesquisa com rigor metodológico e atenção ao caráter empírico.

Formas de avaliação

As/os estudantes serão avaliadas/os em três frentes:

- (i) **frequência**, com exigência mínima de 80% em cada semestre;
- (ii) **participação nos debates em sala de aula**;
- (iii) **trabalho final**, consistente em projeto de iniciação científica ou monografia, apresentado ao final do segundo semestre.

O acompanhamento é contínuo e envolve tutoria individual, conversas com a Coordenação, orientação de pesquisa, discussões coletivas dos projetos e relatórios parciais, bem como banca de avaliação da monografia ao final do curso.

O desempenho será avaliado segundo os seguintes critérios:

- **Excelente:** Empenho, assiduidade e respeito; organização nas leituras e na pesquisa; participação qualificada nos debates; raciocínio crítico consistente; e elaboração de monografia metodologicamente sólida, relevante e apta a subsidiar novas pesquisas.
- **Bom:** Empenho e assiduidade; organização nas leituras e na pesquisa; participação pertinente nos debates; capacidade de identificar e articular problemas centrais; e elaboração de monografia metodologicamente consistente.
- **Insatisfatório:** Descumprimento da frequência mínima; ausência de engajamento nas atividades; participação irrelevante ou inexistente nos debates; desrespeito aos colegas ou à coordenação; ou não entrega (ou entrega incompleta) da monografia.

Materiais de leitura

Os materiais de leitura dividem-se em três categorias:

- (i) **obrigatórios**, indispensáveis para acompanhamento e participação nas aulas;
 - (ii) **complementares**, relacionados diretamente ao tema de cada encontro;
 - (iii) **de formação**, destinados ao aprofundamento e à ampliação do repertório teórico.
-

Informações administrativas

Duração: programa anual.

Carga horária: 52 horas (63,3 horas-aula).

Período: de 06/03/2026 a 26/06/2026 (primeiro semestre).

Dias e horários:

- **sextas-feiras;**
- 14h00 – 15h40 – Oficina de Jurisprudência (“J”);
- 16h00 – 17h40 – Oficina de Pesquisa (“P”).

Sala: 401PB AB

Frequência mínima: 80% das sessões de cada atividade que compõem a Escola de Formação Pública.

Materiais didáticos: disponíveis no site da SBDP (www.sbdp.org.br) ou enviados por e-mail.

Comunicação: ef.sbdp@gmail.com Para outras informações, consultar a Coordenação e o Termo de Compromisso do curso.

Coordenação acadêmica

Clarissa Ferreira de Melo Mesquita

Doutora em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa Avançado em Gestão Pública no INSPER. Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Contato: clamelomesquita@uol.com.br

Yasser Reis Gabriel

Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Pesquisador do Núcleo Público da FGV Direito São Paulo + sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados

Abel Costa Marinho

Monitor da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduando em Direito pela Universidade de Presbiteriana Mackenzie (UPM). Aluno da Escola de Formação da sbdp (2024). Pesquisador do Núcleo Público da FGV Direito São Paulo + sbdp. Contato: abelcomari@gmail.com

Bloco 3 — Instituições em interação: Legislativo e controle

17/04	(J) Desenho institucional dos Poderes: O voto secreto no Poder Legislativo	Marco Antonio e Pierre Bucar
	(P) Bastidores da Pesquisa: do projeto ao texto final, uma experiência concreta de orientação em 2025	Yasser Gabriel e Rodrigo Bockmann
24/04	(J) Tribunal de Contas: atuação em políticas públicas e consensualidade	André Rosilho
	(P) Como pesquisar no TCU?	Conrado Tristão
01/05	<i>Feriado - Dia do Trabalho</i>	

Bloco 4 — Administração Pública, dados e mundo digital

08/05	(J) PPP do novo centro administrativo do Estado de São Paulo	Adriano Sundfeld, Filipe Sena, Giuliana Bernardini, Guilherme Falco e Tomás Ferreira
	(P) Pesquisa legislativa, acesso à informação e dados públicos	Carolina Dalla Pacce
15/05	(J) Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google	
	(P) Como utilizar os métodos de entrevistas e questionários?	Karine Bernardino
22/05	(J) O inquérito das Fake News	Tatiane Guimarães
	(P) Interdisciplinaridade e direito comparado	Victoriana Gonzaga
28/05 (Quinta-feira)	Entrega dos pré-projetos	
29/05	Visita de formação: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	

05/06	<i>Feriado - Corpus Christi</i>	
12/06	(J) Moderação de conteúdo em plataformas digitais: como o STF interpreta a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet	Natália Langenegger
	(P) Discussão dos pré-projetos de pesquisa	Equipe sbdp

Bloco 5: Regulação, cultura e encerramento

19/06	(J) Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro	Rodolfo Arruda
	(P) Análise de impacto regulatório	Patrícia Pessoa Valente
26/06 (Encerramento do semestre)	(J) Funk: arte, violência e contradições	Leonardo Cleston Mariz
	(P) Uso de IA em pesquisas acadêmicas	Luiz Pimenta
28/06 (Domingo)	Entrega dos projetos de pesquisa	

Leituras e materiais didáticos

Oficina de jurisprudência | Boas-vindas - encontro de abertura

- Apresentação da equipe;
- Apresentação dos novos alunos e interação com a turma de 2025.

Oficina de pesquisa | Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais

- Apresentação do programa e estrutura do curso.

Preparação básica (obrigatória):

- OZ, Amós. *Como curar um fanático*. Companhia das Letras, São Paulo. p. 34-49.
(Trecho enviado por e-mail).

Oficina de jurisprudência | Controle de Constitucionalidade: Até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 466 MC
Inteiro teor
- MS 34448
Decisão Monocrática MC Min. Luís Roberto Barroso
Decisão Monocrática Final Min. Luís Roberto Barroso
- MS 37.721
Decisão Monocrática Min. Luís Roberto Barroso
- VIEIRA, Oscar Vilhena et al. *Resiliência constitucional*. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/178e4d1e-299d-4d00-ae2f2-68b0cf8ee238>>. Acesso em 17 de mar. de 2026.
Tópico 8.2. ATIVISMO MODERADO DO STF NO CONTROLE DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Preparação complementar:

- Ministro Barroso mantém tramitação da PEC dos gastos públicos na Câmara dos Deputados. Portal de Notícias do STF. Disponível em: <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/393410336/ministro-barroso-mante-m-tramitacao-da-pec-dos-gastos-publicos-na-camara-dos-deputados>
- Deputados impetram Mandado de Segurança contra PEC que institui Novo Regime Fiscal. Portal de Notícias do STF. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/393207.850/deputados-impetram-mandado-de-seguranca-contrapec-que-institui-novo-regime-fiscal>

Leitura de formação:

- ARRUDA, Ana Luíza. *O supremo tribunal federal e o controle judicial de propostas de emenda à constituição*. Tese de Láurea, 2019.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de ; ARGUELHES, Diego Werneck. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A MUDANÇA CONSTITUCIONAL. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, p. e3610506, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610506/2020>.

Preparação básica (obrigatória):

- STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.165.959 SÃO PAULO. Rel. Min. Marco Aurélio. Relator para acórdão Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em sessão virtual de 11/6/2021 a 18/6/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15348384226&ext=.pdf>.
- Labirinto de desafios: <https://forms.gle/vj6NugRAFe9139rT8>

Preparação complementar:

- KLAFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019, p. 151-163.

Leitura de formação:

- ALMEIDA, Danilo dos Santos; BOGOSSIAN, André Martins. *“Nos termos do voto do relator”: considerações acerca da fundamentação coletiva nos acórdãos do STF*. Revista Estudos Institucionais, v. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2GidT63>
- SILVA, Virgílio Afonso da. *O relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian*. Revista de estudos institucionais, v. 2, n. 2, p. 648-669, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2GhChVD>
- KLAFKE, Guilherme Forma. *Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintas*. Disponível em: <http://bit.ly/2lvOIWD>.
- KLAFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.
- KOERNER, Andrei. *Uma proposta de metodologia para a análise do comportamento dos ministros do STF*. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/03/propos-ta-metodologia-para-analise-comportamento-dos.pdf>
- LEITE, Fábio Carvalho; BRANDO, Marcelo Santini. *Dispersão de Fundamentos no Supremo Tribunal Federal/Scattered Arguments in Federal Supreme Court*. Revista “Direito, Estado e Sociedade”, n. 48, 2016. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Direito%2048%20-%20artigo%205.pdf>

Oficina de jurisprudência | Cotas raciais nas Universidades e no serviço público: as comissões de heteroidentificação

Preparação básica (obrigatória):

- Lei Cotas Serviço Público - 12.990/14;

Disponível

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>

em:

- Lei Cotas Universidades Federais - 12.711/2012; Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm em:
- CCJ amplia e prorroga por dez anos as cotas afirmativas no serviço público. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/24/ccj-amplia-e-prorroga-por-dez-anos-as-cotas-afirmativas-no-servico-publico#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20Justi%C3%A7a,para%20negros%2C%20ind%C3%ADgenas%20e%20quilombolas>
- Aprovado em Medicina na USP tem matrícula negada após decisão de banca. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/aprovado-em-medicina-na-usp-tem-matricula-negada-apos-decisao-de-banca-sempre-me-considerarei-pardo,72797bac81b811dd2c8b13f450b74f7cz6cwb9ty.html>
- ADPF 186 - Voto Relator (Lewansowski); Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/03/ADPF-186.pdf>

Preparação Complementar:

- ADC 41 – Voto Relator e debates (Min. Luís Roberto Barroso);
- ADPF 186 - Voto e debates (Min. Gilmar Mendes).

Leitura de Formação:

- Podcast Durma com essa. Por que as cotas raciais deram certo no ensino brasileiro?. Nexo Jornal. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0a73eqslLF1LSWfcByyDzv?si=PkpEMamAQjuY5l1w1s9GVw>
- Camilloto, B., & Camilloto, L.. (2022). COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL: POR QUEM OS SINOS DEVERIAM DOBRAR?. Educação & Sociedade, 43, e254673. <https://doi.org/10.1590/ES.254673>
- SILVA, A. C. C. D., CIRQUEIRA, D. M., RIOS, F., & ALVES, A. L. M.. (2020). AÇÕES AFIRMATIVAS E FORMAS DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: O caso das comissões de heteroidentificação. Novos Estudos CEBRAP, 39(2), 329–347. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020005>
- APOLINÁRIO, Aline Costa. Ingresso no Ensino Superior e Cotas étnicas, raciais e socioeconômicas: como o STF construiu sua jurisprudência sobre cotas étnico-raciais e socioeconômicas no Ensino Superior?. Acesso em: 17/07/2023. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/ingresso-no-ensino-superior-e-cotas-etnicas-raciais-e-socioeconomicas-como-o-stf-construiu-sua-jurisprudencia-sobre-cotas-etnico-raciais-e-socioeconomicas-no-ensino-superior/>

Oficina de Pesquisa | Como pesquisar no STF? Como fazer análise de jurisprudência?

Preparação básica (obrigatória):

- Metodologia em Pesquisa Jurídica - Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=89ncB1H7Zo4&t=1s>
- BALBI, Guilherme; KLAFKE, Guilherme Forma; SANTOS, Lucas Custódio. *Controle da relevância e urgência em medidas provisórias pelo STF*. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais v. 2 n. 1 (2022). Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/158>

Oficina de Jurisprudência | O Estado laico na Constituição: Por que o Brasil tem feriados religiosos e símbolos cristãos nos Tribunais?

Preparação básica (obrigatória):

- ARE 1.249.095/SP
Ementa, acórdão e relatório (p.1-9);
Voto do Min. Cristiano Zanin (p.10-28).

Preparação Complementar:

- VEIGA, Edson. Por que o Brasil tem feriados religiosos se é um Estado laico?. BBC News, Bled - Eslovênia, 23 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0y59py4xpo>

Leitura de formação:

- OTONI, Camilo da Cunha. Para além de uma disputa sobre crucifixos: um estudo do embate argumentativo sobre a laicidade estatal no percurso judicial do ARE 1.249.095. Acesso em: 17/03/2026. Disponível em <https://sbdp.org.br/publication/para-alem-de-uma-disputa-sobre-crucifixos-um-estudo-do-embate-argumentativo-sobre-a-laicidade-estatal-no-percurso-judicial-do-are-1-249-095/>.

Oficina de Pesquisa | Como elaborar um projeto de pesquisa?

Preparação básica (obrigatória):

- NOBRE, Marcos. *Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil*. Cadernos DIREITO GV; 2005, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/3c50507b-a5e3-4b38-bddf-4bd859f7fa/content>
- FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael. *Metodologia da Pesquisa Em Direito - 4ª Edição 2026*. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.41-52. ISBN 9786584004290. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/>. Acesso em: 17 mar. 2026. **(Versão disponível na Minha Biblioteca Digital)**
 - Parte 2, seção 4: COMO ENCONTRAR UM TEMA DENTRO DE MINHA ÁREA DE INTERESSE?

Oficina de jurisprudência | Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo

Preparação básica (obrigatória):

- MS 33.908 (Min. Edson Fachin)
- MS 36.169 (Min. Marco Aurélio)
- MS 35.265 (Min. Alexandre De Moraes)

Preparação Complementar:

- OLIVEIRA, Bruno da Cunha. *Incertezas sobre o voto secreto na eleição para o comando do Congresso*. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/incertezas-sobre-o-voto-secreto-na-el>

- eicao-para-o-comando-do-congresso-01022023
NASCIMENTO, Roberta Simões. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/defensor-legis/a-votacao-secreta-nas-deliberacoes-do-poder-legislativo-09122020>

Oficina de pesquisa | Bastidores da Pesquisa: do projeto ao texto final, uma experiência concreta de orientação em 2025

Leitura de formação:

- MOREIRA, Rodrigo Cuéllar Bockmann. O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS NO STF: ADI 4.874 e ARE 1.348.238. . Acesso em: 15/04/2026. Disponível em
<<https://sbdp.org.br/publication/o-poder-normativo-das-agencias-reguladoras-federai-s-no-stf-adi-4-874-e-are-1-348-238/>>.

Oficina de jurisprudência | Tribunal de Contas: atuação em políticas públicas e consensualidade

Preparação básica (obrigatória):

- JORDÃO, Eduardo. Administração dialógica ou amedrontada? JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/administracao-dialogica-ou-amedrontada-22052019?non-beta=1>
- BRAGA, André. O “conforto espiritual” do TCU. JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/o-conforto-espiritual-do-tcu-17042019>
- Desafios do TCU na chancela a soluções consensuais disruptivas. JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/desafios-do-tcu-na-chancela-a-solucoes-consensuais-disruptivas-02052024>
- CARVALHO, Mariana; DAMASCENO, Vitória. Soluções consensuais: o papel do TCU na definição do que deve ser negociado. JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/solucoes-consensuais-o-papel-do-tcu-na-definicao-do-que-deve-ser-negociado-15052024>
- GABRIEL, Yasser. A “solução consensual” seria a nova “consulta” ao TCU? JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/a-solucao-consensual-seria-a-nova-consulta-ao-tcu-12062024>.

Preparação complementar:

- ADPF 1183
Secex TCU (1-28)

Oficina de pesquisa | Como pesquisar no TCU?

Preparação básica (obrigatória):

- WANG, Daniel; ROSILHO, André; TRISTÃO, Conrado; SOUZA, Fernanda; PÁDUA, Julia; FELDMANN, Rafael. A atuação do Tribunal de Contas da União em matéria ambiental. FGV Direito SP, sbdp e WWF Brasil. Relatório de pesquisa. 2020. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/tcu_assinado.pdf.

Preparação complementar:

- VILELLA, Mariana; BRAGA, André; ROSILHO, André; TRISTÃO, Conrado; DUQUE, Gabriela; DAMASCENO, Vitória; LUSTOSA, Pedro. Aplicação dos novos dispositivos da LINDB pelo Tribunal de Contas da União. FGV Direito SP, sbdp e CNI. Relatório de pesquisa. 2021. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-03/relatorio-de-pesquisa_observatori-o-do-tcu_aplicacao-dos-novos-dispositivos-da-lindb-pelo-tcu.pdf.

Leitura de formação:

- SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda; MONTEIRO, Vera; ROSILHO, André. O valor das decisões do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades em contratos. Revista Direito GV, v. 13, pp. 866-890, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitoqv/article/view/73331/70470>.

Oficina de jurisprudência | PPP do novo centro administrativo do Estado de São Paulo

Preparação básica (obrigatória):

- Apresentação "Concessão Administrativa: Centro Administrativo Campos Elíseos".
- ANEXO Q: REGRAMENTO GERAL DE DESAPROPRIAÇÕES E REASSENTAMENTOS. Disponível em: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/centro-administrativo-dos-campos-eliseos/>. Licitação > Anexos ao contrato.

Preparação complementar:

- Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm

Oficina de Pesquisa | Pesquisa legislativa, acesso à informação e dados públicos

Preparação básica (obrigatória):

- MORGADO, Renato. Nota Metodológica: Índice de Transparência e Governança Pública – Poder Executivo (Estados e Distrito Federal). Brasília: Transparência Internacional Brasil, 2025. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/itgp/>

Oficina de jurisprudência | Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google

Preparação básica (obrigatória)

- Recurso em Mandado de Segurança STJ nº 60.698
Rel. Min. Rogerio Schietti
Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/ROMS-60698--Relatoria-Min.-Rogerio.pdf>>

Leitura Complementar:

- MADRUGA, Antenor; FELDENS, Luciano. Dados eletrônicos e cooperação internacional: limites jurisdicionais. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional. 2. ed., rev. e atual. Brasília: MPF, 2016 p. 49-69. Disponível em: https://www.mpf.br/atuacao-tematica/sci/publicacoes/docs/16_004_temas_cooperacao_internacional_versao_2_online.pdf.

Oficina de Pesquisa | Interdisciplinaridade e direito comparado

Preparação básica (obrigatória):

Oficina de jurisprudência | O Inquérito das Fake News

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 572
Relatório
Voto do Min. Edson Fachin
Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755791517>>

Leitura Complementar:

- ADPF 572
Inteiro teor
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755791517>>

Oficina de Pesquisa: Como utilizar os métodos de entrevistas e questionários?

Preparação básica (obrigatória):

Oficina de jurisprudência | Moderação de conteúdo em plataformas digitais: como o STF interpreta a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet?

Preparação básica (obrigatória):

- RE 1.037.396 (Tema 987) e 1.057.258 (Tema 533).

Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Informac807a771oa768SociedadeArt19MCI_vRev.pdf>

- RE 1.037.396/SP.

Voto-Vogal do Ministro André Mendonça. (p. 15-38)

Disponível em:

<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/AndreMendonca.voto_.pdf>

Voto do Min. Dias Toffoli. (p. 41-55).

Disponível em:

<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/DiasToffoli.voto_.pdf>

Leitura Complementar:

- RE 1.037.396/SP.

Relatório do Voto do Min. Dias Toffoli.

Disponível em:

<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14588363>>

Leitura de Formação:

- CERNIAUSKAS, Luiza. Projeto de Lei nº 2.630: uma projeção do futuro da regulação de plataformas no Brasil para a moderação de conteúdos na internet. 2024. Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2024.

Disponível em:

<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/03/LuizaCerniauskas.monografia.pdf>>

- LOPES, Daniel Carvalho. O STF e a moderação de redes sociais: um estudo sobre o papel do Supremo na regulação de conteúdos na internet. 2023. Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2023.

Disponível em: <<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Daniel.pdf>>

Oficina de Pesquisa | Discussão dos pré-projetos de pesquisa

O objetivo dessa oficina é promover a discussão entre pares nos grupos formados pelos eixos temáticos abordados em cada pré-projeto. Com o apoio de um convidado, os alunos debatem os aspectos estruturais dos trabalhos. Cada aluno recebe os pré-projetos dos colegas para leitura e avaliação e trazem para a sala de aula os destaques e questões que surgiram ao longo da leitura.

Oficina de jurisprudência | Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 4874/DF

Ementa, acórdão e extrato de ata (p. 1-5 e 214-215)

Disponível

em:

<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ADI-4874-Ementa-e-Acordao-1.pdf>>

Voto e relatório Min. Carmen Lucia (p. 189-204)

Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/07/ADI-4874-Voto-e-Relat.-Carmen-Lucia.pdf>>

Voto Min. Edson Fachin (p. 112-130)

Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ADI-4874-Voto-Min.-Edson-Facchin.pdf>>

Voto Min. Alexandre de Moraes (p. 98-108)

Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/ADI-4874-Voto-Min.-Alexandre-de-Moraes.pdf>>

Debates (p. 205-213)

Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/07/ADI-4874-Debates-Quorum.pdf>>

Preparação complementar:

- ADI 4874/DF
Relatório e voto Min. Rosa Weber (7-108)

Oficina de Pesquisa | Análise de impacto regulatório

Preparação básica (obrigatória):

Oficina de jurisprudência | Funk: arte, violência e contradições

Preparação básica (obrigatória):

- RE 1.278.070/RS
Inteiro teor
Disponível em:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/Recurso-Extraordinario-1278070.pdf>
- Projeto de Lei Orgânica - "PL Anti-Oruam"
Inteiro teor
Disponível em:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/PL-Anti-Oruam-SP.pdf>

Preparação complementar:

- Projeto de Lei Federal n.º 243/2025, Deputado Kim Kataguiri. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2863405&filename=Avulso%20PL%20243/2025

- MARIZ, Leonardo. Quando a lei sai do tom: a inconstitucionalidade do PL Anti-Oruam. Portal Jota, 2025. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/quando-a-lei-sai-do-tom-a-inconstitucionalidade-do-pl-anti-oruam>.
- MARIZ, Leonardo. Não é conselho, é visão: funk e a Lei de Licitação. Portal Alma Preta, 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/nao-e-conselho-e-visao-funk-e-a-lei-de-licitacao/>.

Leitura de formação:

- AMPARO, Thiago. Legalismo discriminatório. In: Estado de direito e populismo autoritário: erosão e resistência institucional no Brasil (2018-22). FGV Editora: 1. ed., 2023, 289-313. Disponível em: https://www.academia.edu/123593732/Legalismo_Discriminato_rio.
- MOREIRA, Adilson José. Direito, poder, ideologia: discurso jurídico como narrativa cultural. Revista Direito e Práxis, vol. 8, núm. 2, 2017, pp. 830-868. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/wK9zTHHtQ445mdCbRh4BXYG/?format=html&lang=pt>.

Preparação básica (obrigatória):

- SAMPAIO, Rafael Cardoso. Escrita acadêmica ética, responsável e humana com inteligência artificial. Revista de Sociologia e Política, v. 33, p. e018, 2025. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/rg8Gm7HwCQ9Gpw4VZt6yvJM/?format=pdf&lang=pt>>
- SAMPAIO, R.C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Editora Intercom, 2024. Disponível em:
<<https://prpq.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2025/01/livro-diretrizes-ia-1.pdf>>